



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.
Vale ressaltar que as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.
A Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, ao tempo que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

DESEMPENHO OPERACIONAL

GERAÇÃO DE ENERGIA - OPERAÇÃO

A UHE Presidente Goulart, inaugurada em 1962 com 2 Unidades Geradoras que totalizam 8 MW de potência instalada, apresentou índices de disponibilidade e confiabilidade de 94,62% e 97,23%, respectivamente. A geração de energia totalizou 46.439,16 MWh. A UHE Alto Fêmeas, inaugurada em 1992 com 3 Unidades Geradoras que totalizam 10,65 MW de potência instalada, teve um índice de disponibilidade de 94,61% e confiabilidade de 99,63% com geração total de 73.721,04 MWh.

INVESTIMENTOS

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D

Em 2012 foram investidos aproximadamente R\$ 545 mil no desenvolvimento de 6 Projetos de P&D cooperados com outras empresas. Todos os projetos cumprem a Resolução Normativa da ANEEL nº 316/2008.

Neste ano, a Afluente G participou com a apresentação de seus projetos nos encontros de P&D promovidos pela Termoep e Itapebi.
Conforme estabelece a Resolução Normativa da ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008, as informações sobre os programas de pesquisa e desenvolvimento da empresa estarão disponíveis a partir de março de 2012, no portal eletrônico www.afluente.com.br.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Indicadores empresariais	2012	2011	Varição % 2012/2011
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	24.987	22.429	11,40
Receita operacional líquida	23.520	20.733	13,44
EBITDA	13.262	10.393	27,61
Resultado do serviço	11.260	7.857	43,31
Resultado financeiro sem juros sobre capital próprio	491	606	(18,98)
Lucro líquido	10.872	7.535	44,29
Margem EBITDA (%)	56,39	50,13	6,26
Margem operacional (%)	47,87	37,90	9,98
Margem líquida (%)	46,22	36,34	9,88
Indicadores financeiros			
Ativo total	50.599	49.953	1,3
Patrimônio líquido	45.165	42.350	6,6
Investimentos	879	2.938	(70,1)
Divida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos	(7.705)	(5.947)	29,6
Divida total líquida/EBITDA (*)	(0,581)	(0,572)	1,5
Divida total líquida/(Divida total líquida + Patrimônio líquido)	(0,206)	(0,163)	25,9
Divida de curto prazo líquida/Divida total líquida	1,000	1,000	-
Patrimônio líquido/Ativo total	0,893	0,848	5,3
(*) EBITDA - Análise dos últimos 12 meses.			

Em atendimento à Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012 que rege sobre a divulgação voluntária do EBITDA (sigla em inglês para Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA) segue detalhamento abaixo:

	Conforme Inst. CVM 527/2012		Variação % 2012/2011
	2012	2011	
Lucro líquido	10.872	7.535	44,3
Despesas financeiras	13	167	(92,2)
Receitas financeiras	(504)	(773)	(34,8)
Imposto de renda	879	928	(5,3)
Amortização/depreciação	2.002	2.536	(21,1)
EBITDA	13.262	10.393	27,6

Conforme Art. 4º da mesma instrução a Companhia pode optar por divulgar os valores do LAJIDA e do LAJIR excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas, como especificado no Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa. Esta divulgação deve ser sempre indicada pelo termo "ajustado".
Informamos que não há divergências entre a forma apresentada pela Companhia e conforme a instrução CVM nº 527.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Após a cisão parcial da Companhia, o capital social subscrito e integralizado, de R\$ 30.916 milhões, é representado por 18.817 milhões de ações, sendo 10.930 milhões ordinárias (ON) e 7.887 milhões preferenciais (PN). Desse total 87,8% pertence à controladora Neoenergia, 8,5% ao grupo espanhol Iberdrola, 2,3% ao Fundo de Pensão PREVI e 1,4% aos demais acionistas.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, e de contratos de financiamentos, por um período de 2 (dois) anos, iniciado em dezembro de 2012. A Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes desde então não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos Senhores membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

ATIVO	Notas	Em milhares de reais		Notas	Em milhares de reais	
		31/12/12	31/12/11		31/12/12	31/12/11
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.353	5.522	9	1.078	883
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	1.977	3.029	10	189	361
Títulos e valores mobiliários	5	352	425	11	651	1.014
Impostos e contribuições a recuperar	6	801	865	12	486	561
Estoques		3	3	13	2.823	1.919
Despesas pagas antecipadamente		70	56	14	6	49
Outros ativos circulantes		351	343	18	-	2.340
TOTAL DO CIRCULANTE		10.907	10.243		5.411	7.375
NÃO CIRCULANTE						
Impostos e contribuições a recuperar	6	79	53	11	1	155
Partes relacionadas	18	1.079	2	18	5	59
Depósitos judiciais		1	-	17	14	14
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	7	5.513	5.825	15	30.916	30.916
Intangível	8	33.020	33.830		6.183	6.065
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		39.692	39.710		45.165	42.350
TOTAL DO ATIVO		50.599	49.953		50.599	49.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Em milhares de reais			
	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2010	30.916	5.689	-	40.791
Lucro líquido do exercício	-	-	7.535	7.535
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(4.186)
Destinações:				
Reserva legal	-	376	(376)	-
Dividendos propostos	-	-	(7.159)	5.369
Saldos em 31 de dezembro de 2011	30.916	6.065	10.872	42.350
Lucro líquido do exercício	-	-	8.066	8.066
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(2.688)
Destinações:				
Reserva legal	-	118	(118)	-
Dividendos propostos	-	-	(10.754)	8.066
Saldos em 31 de dezembro de 2012	30.916	6.183	10.872	47.971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS SOCIAIS - INFORMAÇÃO ADICIONAL (NÃO AUDITADO)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma							
	2012				2011			
	R\$ mil	RL	VAT	R\$ mil	RL	VAT	R\$ mil	RL
1 - BASE DE CÁLCULO								
Receita Líquida (RL)	23.520	-	-	20.733	-	-	20.733	-
Resultado Operacional (RO)	11.750	-	-	7.857	-	-	7.857	-
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	2.521	-	-	2.608	-	-	2.608	-
Valor Adicionado Total (VAT)	16.275	-	-	13.300	-	-	13.300	-
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS								
Alimentação	89	3,53	0,38	92	3,52	0,44	99	3,52
Encargos sociais compulsórios	24	0,96	0,10	96	3,69	0,46	97	3,69
Previdência privada	57	2,25	0,24	46	1,75	0,22	34	1,31
Saúde	81	3,21	0,34	109	4,19	0,53	82	3,16
Segurança e saúde no trabalho	-	-	-	4	0,15	0,02	0,03	0,03
Creches ou auxílio-creche	14	0,55	0,06	0,09	15	0,58	0,07	0,11
Transporte	169	6,70	0,72	1,04	111	4,26	0,54	0,83
Participação nos lucros ou resultados	46	1,82	0,20	0,28	180	6,91	0,87	1,35
Outros	18	0,70	0,07	0,11	19	0,72	0,09	0,14
Total - Indicadores sociais internos	497	19,72	2,11	3,05	672	25,77	3,24	5,05
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS								
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-	-	-	-	200	2,55	0,96	1,50
Total das Contribuições para a Sociedade	1.760	14,98	7,48	10,81	1.745	22,21	8,42	13,12
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	1.760	14,98	7,48	10,81	1.945	24,75	9,38	14,62
Total - Indicadores sociais externos	1.760	14,98	7,48	10,81	1.945	24,75	9,38	14,62
4 - INDICADORES AMBIENTAIS								
Investimentos relacionados com a operação da empresa	-	-	-	-	166	2,11	0,80	1,24
Sistema de gestão ambiental	-	-	-	-	10	0,13	0,05	0,08
Outros projetos ambientais	131	1,12	0,56	0,81	176	2,24	0,85	1,32
Total dos investimentos em meio ambiente	131	1,12	0,56	0,81	176	2,24	0,85	1,32
Quanto ao estabelecimento de meta anual para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:								
(X) Cumprir de 51 a 75%,	() Cumprir de 0 a 50%,	(X) Não possui metas,	() Cumprir de 76 a 100%	() Cumprir de 51 a 75%,	() Não possui metas,	() Cumprir de 0 a 50%,	() Cumprir de 76 a 100%	
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL								
Nº de empregados(as) ao final do período	-	-	-	-	18	-	-	-
Nº de desligamentos durante o período	-	-	-	-	2	-	-	-
Nº de empregados(as) terceirizados	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de estagiários(as)	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de empregados acima de 45 anos	-	-	-	-	2	-	-	-
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:								
menores de 18 anos	-	-	-	-	-	-	-	-
de 18 a 35 anos	-	-	-	-	4	-	-	-
de 36 a 60 anos	-	-	-	-	14	-	-	-
acima de 60 anos	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:								
analfabetos	-	-	-	-	-	-	-	-
com ensino fundamental	-	-	-	-	-	-	-	-
com ensino médio	-	-	-	-	-	-	-	-
com ensino técnico	-	-	-	-	10	-	-	-
com ensino superior	-	-	-	-	8	-	-	-
pós-graduados	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de empregados por sexo:								
homens	-	-	-	-	16	-	-	-
mulheres	-	-	-	-	2	-	-	-
% de cargos de chefia por sexo:								
homens	-	-	-	-	-	-	-	-
mulheres	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-	-	-	-	3	-	-	-
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração bruta segregada por:								
Empregados	-	-	-	-	1.708	-	-	-
Administradores	-	-	-	-	-	-	-	-
Autônomos	-	-	-	-	-	-	-	-
Terceirizados	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL								
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	-	-	-	-	4238	-	-	-
Nº total de acidentes de trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:								
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:								
(X) não se envolve	() direção	() todos(as) empregados (as)	() todos(as) empregados (as)	(X) direção	() todos(as) empregados (as)	() todos(as) empregados (as)	() todos(as) empregados (as)	() todos(as) empregados (as)
A participação privada contempla:	() direção	() direção e gerências	() direção e gerências	() direção	() direção e gerências	() direção e gerências	() direção e gerências	() direção e gerências
Na seleção dos fornecedores, os resultados padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(X) são considerados	() não são considerados	() não são considerados	(X) são considerados	() não são considerados	(X) são considerados	() não são considerados
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(X) não se envolve	() apóia	()					



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. ("Afluente G" ou "Companhia"), anteriormente denominada Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A.), companhia de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A., foi constituída em 31 de agosto de 2005, originalmente atendendo à segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal, conforme estabelece a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e em atendimento a cláusula 12ª do Contrato de Concessão nº 010, firmado entre a COELBA e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 8 de agosto de 1997, bem como em atenção à Resolução Autorizativa nº 306, de 5 de setembro de 2005, que anui com a versão patrimonial e consequente transferência das concessões de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária.

As usinas geradoras pertencentes a Afluente G são as Hidrelétricas Presidente Goulart e Alto Fêmeas que possuem potência instalada de 8,0 MW e 10,65 MW respectivamente. Em 15 de janeiro de 2009 a Companhia celebrou com a Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluente T", anteriormente denominada Imanisse Participações S.A.) Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, com o objetivo de efetuar a segregação das suas atividades de geração e transmissão de energia elétrica ("Reestruturação Societária"), anteriormente exercidas integralmente pela Companhia. A cisão parcial e a consequente incorporação da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Afluente T tiveram como data-base 30 de novembro de 2008, e esteve sujeita à obtenção de prévia aprovação da Reestruturação Societária pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), antes da qual todos os seus efeitos permaneceram suspensos.

No dia 1º de dezembro de 2009 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 2.219, anuiu a transferência das concessões de transmissão, da Companhia, com a versão de todos os ativos de transmissão, descritos no Contrato de Concessão de Transmissão, e passivos a ele vinculados, para a Afluente T. Atualmente a Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito; (ii) atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração de energia pertencente ao Estado, à União ou ao Município, prestar serviços técnicos de sua especialidade; (iii) participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista; (iv) formar consórcios ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial; (v) explorar a concessão do Serviço Público de Geração.

O Protocolo de Justificação de Cisão Parcial da Companhia determina que todas as variações patrimoniais posteriores à data-base da cisão parcial fossem diretamente alocadas e/ou apropriadas à Afluente G ou à Afluente T, conforme digam respeito, respectivamente às atividades de geração ou transmissão de energia elétrica. Consequentemente, em 21 de janeiro de 2010 foi emitido Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Afluente G na data-base 29 de dezembro de 2009, detalhando o patrimônio líquido contábil da Afluente G antes e após a cisão parcial dos seus ativos e passivos para a Afluente T, bem como as variações patrimoniais posteriores à data-base da cisão parcial, após aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pela Administração da companhia cindida.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 30/01/2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se à energia elétrica comprada na CCEE.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

a) Receita de construção

A ICP 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. (vide nota 8).

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na geração de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a geração de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 - Imposto de renda e contribuição social correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a item registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. São apurados com base no lucro presumido mediante aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda de 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial) e recebíveis. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, concessão de serviço público e outros créditos.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem releve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

b.1) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.8 - Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos do fornecimento de energia elétrica, ao contrato de prestação de serviços e ao aluguel de instalações. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.10 - Recebíveis de concessão de serviço público indenização (ativos de geração)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão.

2.11 - Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008, 677 de 13 de dezembro de 2011 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 - Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 - Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável.

2.12 - Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produtora, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

c) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDC) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.13 - Distribuição de dividendos

A política de distribuição de dividendos da Companhia é em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído, a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, a partir das fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.14 - Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

2.15 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.16 - Novos pronunciamentos contábeis

2.16.1 - Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC em 2012

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 01/01/2012.

Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes procedimentos e interpretações:

ICPC 8 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos - aprovado pela Deliberação CVM nº 683, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 9 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - aprovado pela Deliberação CVM nº 687, de 4 de outubro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 17 (R1) - IAS 11 - Contratos de Construção - aprovado pela Deliberação CVM nº 691, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 30 (R1) - IAS 18 - Receitas - aprovado pela Deliberação CVM nº 692, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 35 (R2) - IAS 27 - Demonstrações Separadas - aprovado pela Deliberação CVM nº 693, de 8 de novembro de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - aprovado pela Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012. A revisão desta norma não impactou as demonstrações financeiras da Companhia.

2.16.2 - Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

Em junho de 2011, o *International Accounting Standards Board - IASB* emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01/01/2013:

(a) O imposto sobre participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis Brasileiro, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/12	31/12/11
Caixa e depósitos bancários à vista	75	20
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	7.278	5.502
Total	7.353	5.522

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimento Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

4 Contas a Receber de Clientes

Valores a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica ao contrato de prestação de serviços e ao aluguel de instalações.

	31/12/12	31/12/11
Títulos a receber	3.054	3.029
Total	3.054	3.029
Circulante	3.054	3.029

Sector privado	Saldos vincendos	31/12/12	31/12/11
	1.977	1.977	3.029
Total	1.977	1.977	3.029

A necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é analisada de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e, após criteriosa análise das suas contas a receber, a Companhia julga não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/12	31/12/11
Banco do Brasil	(1)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	352	425
Total					352	425

Circulante 352 425

(*) Diversos vencimentos.

(1) Corresponde às aplicações no Fundo BB Polo, que não possuem condição de resgate antecipado.

6 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	24	24
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	202	218
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	6	54
Programa de integração social - PIS	(c)	84	84
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	388	388
Instituto nacional de seguridade social - INSS		97	97
Total		801	865

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) O imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo está composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo intangível, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº 27/2008.

7 Concessão de Serviço Público (Ativo Intangível)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem deve vender a energia gerada;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à capacidade de energia contratada entregue;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de fornecimento de energia ao mercado cativo.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de geração de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores; e
- (c) Parcela refere-se à recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicional pela construção, disponibilização e entrega de energia, tem direta ou indiretamente entregar caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo valor residual.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue ao sistema (emissão do faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) no período findo em 31 de dezembro de 2012 está assim representada:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.825
Transferências	(312)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.513



→ Continuação

A formação dos saldos em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.919
Dividendos	
Declarados	5.369
Propostos	2.689
Pagos no período	(7.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.823

14 Provisões Passivas

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	Contingências	
	Trabalhistas	Total
Baixas/reversão	49	49
Saldos em 31 de dezembro de 2012	6	6

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Contingências trabalhistas

Contingências Trabalhistas	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado
Ex-empregados de Empreiteiras	(a)	6	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6
		206	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
Total		212			6

(a) A contingência refere-se a reclamações trabalhistas de terceirizados.

Contingências fiscais

Contingências Fiscais	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado
Outras	(a)	4.261	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
Total		4.261			-

(a) Trata-se de ação declaratória de exigência de compensação financeira proposta em razão da utilização dos recursos hídricos, referentes aos anos de 1989 a 2009.

15 Patrimônio Líquido

Capital social
O Capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é R\$ 30.916. A composição do capital social realizado por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Lote de mil ações					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais			
	Única	%	A	%	B	%
Neoenergia S.A.	9.812	89,8	786	40,2	5.932	100,0
Iberdrola Energia	559	5,1	1.039	53,1	-	-
PREVI	332	3,0	99	5,1	-	-
Outros	227	2,1	31	1,6	-	-
Total	10.930	100,0	1.955	100,0	5.932	100,0

Acionistas	R\$ (MIL)					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais			
	Única	%	A	%	B	%
Neoenergia S.A.	16.120	89,8	1.291	40,2	9.746	100,0
Iberdrola Energia	917	5,1	1.709	53,1	-	-
PREVI	545	3,0	164	5,1	-	-
Outros	376	2,1	48	1,6	-	-
Total	17.958	100,0	3.212	100,0	9.746	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais de ambas as classes, que não terão direito de voto, fica assegurada, na forma da lei, prioridade no reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido das ações, no caso de liquidação da companhia, ficando assegurado ainda (i) às ações preferenciais "Classe A" prioridade na distribuição de dividendos mínimos, no valor de 10% sobre o capital social representado por ações preferenciais "Classe A"; (ii) às ações preferenciais "Classe B", prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferências "Classe A", sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

16 Receita Líquida

Fornecimento de energia	Ref.	Acumulado	
		31/12/12	31/12/11
Receita de venda de energia	(a)	23.256	20.359
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		851	98
Receita de construção da infraestrutura da concessão	(b)	880	1.972
Total receita bruta		24.987	22.429
(-) Deduções da receita bruta	(c)	(1.467)	(1.696)
Total receita operacional líquida		23.520	20.733

	Nº de consumidores		MWh		R\$ mil	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Consumidores:						
Suprimento	1	1	149.328	148.920	23.256	20.359
Total	1	1	149.328	148.920	23.256	20.359

(b) Receita de construção conforme ICPC 01 corresponde a serviços e aquisições de equipamentos incorporados ao ativo de concessão no período.

(c) Deduções da receita bruta

IMPOSTOS:	31/12/12		31/12/11	
PIS	(158)	(147)		
COFINS	(723)	(673)		
ENCARGOS SETORIAIS:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(360)	(669)		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(226)	(207)		
Total	(1.467)	(1.696)		

17 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Ref.	31/12/12		Acumulado	
		Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(268)	(2.218)	(2.486)	(2.573)
Entidade de previdência privada		(19)	(16)	(35)	(35)
Material		(43)	-	(43)	(68)
Serviços de terceiros		(2.920)	(660)	(3.580)	(3.477)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE		(96)	-	(96)	(96)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH		(366)	-	(366)	(186)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.625)	-	(1.625)	(379)
Encargos de uso de rede		(989)	-	(989)	(1.242)

	Ref.	31/12/12		Acumulado	
		Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Depreciação e amortização		(2.001)	(1)	(2.002)	(2.536)
Arrendamentos e alugueis		(24)	(6)	(30)	(7)
Tributos		(6)	(25)	(31)	(77)
Provisões líquidas - contingências		-	44	44	(48)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(880)	-	(880)	(1.973)
Outros		(96)	(45)	(141)	(179)
Total custos/despesas		(9.333)	(2.927)	(12.260)	(12.876)

(a) Abertura dos gastos de pessoal:

	Acumulado	
	31/12/12	31/12/11
Remunerações	(1.389)	(1.107)
Encargos sociais	(540)	(642)
Auxílio alimentação	(83)	(128)
Convênio assistencial e outros benefícios	(43)	(144)
Rescisões	2	-
Férias e 13º salário	(287)	(285)
Plano de saúde	(100)	(87)
Participação nos resultados	(46)	(180)
Total	(2.486)	(2.573)

18 Saldos e Transações com partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(a)	Energia fornecida	1.979	-	23.257	1.949	-	22.280
		(c) Uso da Rede	-	91	(1.098)	-	87	(1.255)
			1.979	91	22.159	1.949	87	21.025
CELPE		Debêntures - Aplicação/Emissão	23	-	-	-	-	-
			23	-	-	-	-	-
COSERN		Debêntures - Aplicação/Emissão	4	-	-	-	-	-
			4	-	-	-	-	-
TERMOPERNAMBUCO		Outros	-	-	-	2	-	-
			-	-	-	2	-	-
ITAPEBI		Prestação de serviço	-	-	(1)	2	-	(4)
		Debêntures - Aplicação/Emissão	36	-	-	-	-	-
		Outros	-	-	-	55	-	-
			36	-	(1)	2	55	(4)
NC ENERGIA		Energia comprada	-	165	(873)	-	-	(21)
		Outros	-	-	-	4	-	-
			-	165	(873)	-	4	(21)
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(b)	Outros	1.077	-	-	2.335	-	-
			1.077	-	-	2.335	-	-
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	2.362	-	1.572	-	-
		Outros	-	5	-	5	-	-
			-	2.367	-	1.577	-	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	62	-	41	-	-
			-	62	-	41	-	-
Iberdrola Energia S.A.		Dividendos	-	228	-	152	-	-
			-	228	-	152	-	-
Outros Minoritários		Dividendos	-	171	-	154	-	-
			-	171	-	154	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:
(a) Cobrança pelo fornecimento de energia referente ao contrato com a Coelba.
(b) Cobrança de gastos com pessoal cedido ou tomado com empresas do grupo.
(c) Cobrança autorizada pela ONS contra empresas relacionadas correspondente à RAP e gastos com sistema de distribuição.

19 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo. Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento. A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital. Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.

Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	7.353	7.353	5.522	5.522
Títulos e valores mobiliários	352	352	425	425
Contas a receber de clientes e outros	1.977	1.977	3.029	3.029
Passivo				
Fornecedores	(1.078)	(1.078)	(883)	(883)

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

Fatores de Risco:

- Riscos financeiros
- Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no trimestre seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Risco	R\$ Mil		
		Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)

ATIVOS FINANCEIROS
Aplicações financeiras em CDI Queda do CDI 169 127 84

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

Risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2012 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 10.759, sendo R\$ 352 em fundos exclusivos e R\$ 10.407 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	2015			
	2013			